



Prezado (a) conselheiro (a),

Estamos encaminhando um *clipping* de notícias do CNS na mídia, além daquelas com assuntos que o Conselho vem debatendo. A intenção é socializar com os Conselheiros Nacionais a repercussão nos principais jornais.

*Brasília, 13 de maio de 2010
Correio da Paraíba - João Pessoa/PB
Ministério da Saúde | Institucional*

SUS pagará por medicamentos *BRASIL*

Brasília (ABr) - Um novo capítulo na Lei Orgânica de Saúde, aprovado ontem pelo Senado, prevê uma série de exigências ao Estado para garantir tratamento médico e fornecimento de medicamentos aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Pelo projeto, o poder público não pode deixar de fornecer medicamentos e produtos de saúde aos pacientes, mesmo que a substância não conste nas tabelas do SUS.

De autoria do senador Tião Viana (PT-AC) a matéria tramitou em caráter terminativo na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e agora vai à apreciação da Câmara. O projeto prevê também a atualização das tabelas do SUS e dos protocolos clínicos, pelo menos uma vez ao ano. A obrigatoriedade do fornecimento medicamentos ou produtos de saúde pelo SÚS estará condicionada ao cumprimento de alguns requisitos como a eficácia do medicamento prescrito.

Marcos Chagas

*Brasília, 13 de maio de 2010
A Gazeta - MT - Cuiabá/MT
Temas de Interesse | Saúde Pública*

Decisão causa polêmica na saúde

*CIDADE
Da Redação*

Uma portaria assinada pelo secretário municipal de Saúde, Maurélio Ribeiro, dá benefícios aos médicos para o recebimento do Prêmio Saúde e exclui os demais profissionais da saúde. O documento regulamenta que eles podem faltar e ganhar a bonificação desde que apresentem atestado. Outra vantagem é a manutenção do prêmio durante a licença maternidade e também para participação em 1 congresso por ano. A publicação causou divergência entre as categorias que consideram a decisão discriminatória. O presidente do Conselho Regional de Enfermagem (Coren) em Mato Grosso, Vicente Guimarães, diz que vai fazer uma reunião com os conselhos amanhã para procurar a Justiça.

O presidente do Sindicato dos Odontologistas de Mato Grosso, Gustavo de Oliveira, disse que a categoria já está em greve devido às questões salariais e de estrutura e o prêmio foi cortado do salário dos grevistas. Ele conta que existe um documento assinado pelo ex-prefeito Wilson Santos no qual ele se comprometeu a estender todos os benefícios concedidos aos médicos para os odontólogos. "Parece até que os demais profissionais não são seres humanos e não passam por doença, gravidez e não precisam de aperfeiçoamento".

Outro lado – A assessoria de imprensa da Secretaria Municipal de Saúde (SMS) foi procurada no começo da noite, mas não atendeu as ligações.

*Brasília, 13 de maio de 2010
A Gazeta Online - AC - Rio Branco/AC
Temas de Interesse | Saúde Pública*

Juntos, CFM e CRM acionam Justiça contra TAC

GERAL

O CFM (Conselho Federal de Medicina) e seu congêneres acionam hoje a Justiça Federal para que os TACs (Termo de Ajustamento de Conduta) assinados entre o Ministério Público Estadual e algumas prefeituras do interior, que permitem o exercício da medicina por profissionais sem registro, seja derrubado. A informação foi repassada ontem, durante a visita do presidente do CFM, Roberto Luiz D'Ávila, ao Estado. Enfático, ele classificou como charlatão quem exerce a profissão de médico sem o devido registro emitido pelos conselhos regionais. D'Ávila lamenta o fato de a instituição que deveria combater e punir tal prática - o Ministério Público - esteja sendo conivente com a situação. O presidente afirma que casos semelhantes aconteceram em Tocantins e Rondônia.

Em ambos estados, o conselho também acionou a Justiça e saiu vitorioso, com os TACs sendo considerados ilegais. Ele avalia que o mesmo resultado será obtido no Acre. Outro exemplo é Roraima, mas lá não foi necessário recorrer aos tribunais, pois através de diálogos entre conselheiros e procuradores a medida foi derrubada. No Acre, o CRM não obteve êxito nas negociações com o MPE,

sendo necessário agora ir às vias judiciais. Elaborados desde o final do ano passado, os TACs foram assinados com as prefeituras como forma de suprimir a falta de médicos nas cidades do interior. Na avaliação de D'Ávila, muito mais do que ajudar a população, a medida coloca em risco a Saúde Pública ao permitir que até mesmo pessoas sem a devida formação acadêmica exerçam a medicina. "Nós respeitamos o papel do Ministério Público, mas entendemos que nesse caso [a assinatura dos TACs] houve um equívoco porque ele deixa de ser o guardião da Lei e passa a permitir que as pessoas ajam fora dela", diz Roberto D'Ávila. Além de autorizar que a medicina seja praticada de forma ilegal, completa ele, a medida expõe os médicos com registro profissional sujeitos a serem punidos pelo Código de Ética da categoria.

Pelo termo de ajustamento, os médicos com CRM supervisionam o trabalho dos ilegais. "O nosso código veta totalmente tal comportamento". Outro perigo à qual a população fica exposta diante dessa situação é que pessoas com diplomas falsificados sejam contratadas pelas prefeituras. "Vez por outra temos casos de falsos médicos atuando pelo país, com diplomas encomendados", lembra o presidente. "Quem realiza consultas e outros procedimentos médicos sem CRM fica livre de sofrer qualquer penalidade imposta a partir do conselho; ficamos de mãos atadas". Uma das alegações para a falta de profissionais sem o devido registro legal nas pequenas cidades do interior é a resistência deles próprios. Isso acontece, diz D'Ávila, pela falta de políticas públicas que valorizem a atividade nestas regiões. "Não há dificuldades para se ter promotores e juizes em todas as comarcas do interior, então por que é tão difícil se ter médicos?", questiona o presidente, para logo em seguida responder: "Não há uma carreira de Estado, férias, décimo terceiro salário. Eu fico completamente submetido ao humor político do prefeito. Se eu não fizer campanha ou for do partido dele posso ser demitido".

*Brasília, 13 de maio de 2010
Folha de S. Paulo - São Paulo/SP
Temas de Interesse | Saúde Pública*

CNBB prega voto "pró-vida", e candidatos condenam aborto

BRASIL

*Igreja defende apoio a "pessoas comprometidas com respeito incondicional à vida"
Dilma, que em 2007 era a favor de descriminalização, hoje vê "violência" contra a mulher; Serra adota crítica vaga, e Marina apoia texto*

*DA SUCURSAL DE BRASÍLIA
DA AGÊNCIA FOLHA EM PORTO ALEGRE*

A CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) recomendou ontem aos fiéis que votem em outubro em "pessoas comprometidas com o respeito incondicional à vida". A "Declaração sobre o momento político atual" não faz menção explícita ao aborto. Mas sua divulgação ocorre no momento em que a Igreja Católica cobra do governo federal mudanças no PNDH 3 (Plano Nacional dos Direitos Humanos) -no qual um dos temas mais polêmicos é o aborto.

"Incentivamos a que todos participem e expressem, através do voto ético, esclarecido e consciente, a sua cidadania nas próximas eleições, superando possíveis desencantos com a política, procurando eleger pessoas comprometidas com o respeito incondicional à vida, à família, à liberdade religiosa e à dignidade humana", diz a CNBB, na "Declaração sobre o momento político nacional". O documento foi produzido durante a Assembleia- Geral da CNBB, que termina hoje em Brasília. O texto também apontou "distorções inaceitáveis" no plano de direitos humanos.

O porta-voz da Assembleia-Geral da CNBB, dom Orani Tempesta, disse que a entidade não quis apontar candidatos, e sim orientar os fiéis a votar de acordo com suas convicções. O presidente Lula recebeu ontem uma comissão da CNBB e garantiu que mudará o texto doPNDH3. Lula afirmou que serão retirados o apoio à descriminalização do aborto e a proibição à ostentação de símbolos religiosos em prédios públicos.

Longe da polêmica

Ontem, os pré-candidatos à Presidência adotaram um discurso moderado sobre aborto, em consonância com a CNBB. Em Porto Alegre, em entrevista a um programa da rede RBS, Dilma Rousseff (PT) disse que aborto "é uma coisa que nenhuma mulher defende". "Ninguém fala:"Eu quero fazer aborto". Aborto é uma violência contra as mulheres", disse. Para a petista, aborto não é uma "questão de foro íntimo", e sim uma "política de saúde pública". "Há uma legislação que prevê casos de aborto. Nestes casos que são bastante conhecidos e que dizem respeito, inclusive, a condições adversas de gravidez ou por risco de vida."

Questionada se o aborto seria uma opção da mulher, disse que a lei "é muito clara em que condições está previsto". "Para ser possível o aborto tem de estar previsto em lei.Tem de ser legal."Dilma não disse se pretende mudar a lei se for eleita.

Em sabatina na Folha em 2007, Dilma defendeu a descriminalização do aborto. "Acho que tem de haver descriminalização do aborto. No Brasil, é um absurdo que não haja, até porque nós sabemos em que condições as mulheres recorrem ao aborto. Não as de classe média, mas as de classe mais pobres deste país", disse.

Questionado ontem pela Folha sobre o que pensa a respeito do tema, José Serra (PSDB) evitou se aprofundar. Voltou a afirmar ser contra a prática e disse que uma mudança na legislação atual não dependerá de um ato seu, caso seja eleito. "Qualquer deputado pode fazer isso [propor mudança na lei]. Como governo, eu não vou tomar essa iniciativa", disse. Em Natal, Marina Silva (PV) disse que o documento de ontem reflete "a posição histórica da CNBB". "Está de acordo com a visão que eu tenho de defesa da vida. Mas isso não significa que eles estejam direcionando [o voto] a ninguém", afirmou.

Colaborou a Reportagem Local

Polêmica reflete falta de compromisso com a saúde pública

Marcelo Gigliotti

A produção de genéricos é uma espécie de contrapartida social e até humanitária em relação aos lucros da indústria farmacêutica, um setor que está entre os que mais faturam no mundo. Esta é a avaliação do vice-presidente de Produção e Inovação da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Carlos Gadelha. - O que alguns laboratórios estão fazendo ao polemizar sobre os genéricos e tentar vincular a produção deles à pirataria é a ruptura de um pacto entre a indústria e a saúde pública - diz Gadelha. De acordo com o especialista da Fiocruz, segundo os acordos internacionais, as patentes dos medicamentos duram 20 anos. Um período mais do que suficiente para os laboratórios recuperarem seus investimentos e ainda lucrarem bastante. E há um aspecto que Gadelha ressalta. Estima-se que a cada dez anos os medicamentos mais utilizados de em lugar a outros. -Ou seja, como os laboratórios têm 20 anos para usufruir da patente, eles têm o monopólio dos produtos no período em que ele é mais utilizado - comenta. A participação dos genéricos no mercado brasileiro é até modesta, na comparação com a Europa, aliás. No Brasil, de 15% a 17% dos medicamentos vendidos são genéricos. Na Europa, este índice é de 40%, diz Gadelha.

Segundo ele, a Fiocruz e o Ministério da Saúde estão buscando junto aos laboratórios um novo paradigma para a produção de medicamentos em que a palavra chave é parceria. - Este movimento de apreensão de genéricos é muito danoso, pois cria um clima de desconfiança entre a saúde pública e a indústria. E ainda confunde o consumidor, ao induzi-lo a pensar de que se trata de uma coisa ilegal, ou contrabando - comenta Gadelha. De acordo com o especialista da Fiocruz, a parceria público privada na produção de medicamentos pode ser prejudicada com estes movimentos dos laboratórios. -O objetivo desta parceria é fazer com que a inovação atenda às necessidades da saúde. Quem mais vai perder com isso é a população.

Polemizar com os genéricos denota uma falta de compromisso com a saúde pública - avalia Gadelha. Gadelha diz que a postura dos laboratórios reflete uma estratégia míope, que coloca a sociedade contra a indústria farmacêutica. - Depois, a indústria não vai poder reclamar do aumento da regulamentação dos medicamentos - diz.

Defasagem - Odnir Finotti, presidente da Pró Genéricos, diz que as apreensões de fármacos na Europa se dão porque alguns países da União Europeia ainda têm regras de patente fora do padrão. - Estamos fazendo tudo dentro da lei. Nós concordamos com a luta contra as falsificações, mas não é o caso dos genéricos com patente quebrada - explicou Finotti.

Com agências

Brasil e Índia vão à OMC contra apreensão da UE

ECONOMIA

Bloqueio de genéricos em trânsito, por autoridades holandesas, gera crise

Brasil e Índia recorreram ontem à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra a União Europeia e a Holanda devido à apreensão de várias cargas de medicamentos genéricos indianos destinados ao mercado brasileiro em trânsito por aquele país. A iniciativa na OMC aumenta a pressão e abre uma nova frente em uma disputa sobre os direitos de propriedade intelectual de corporações farmacêuticas contra o acesso a medicamentos de preços acessíveis pela população dos países pobres. - Este é um assunto sistêmico. Qualquer apreensão de qualquer lugar com esta linha de alegação de violação dos direitos de propriedade intelectual no país de trânsito, na nossa visão, é ilegal - afirmou o embaixador do Brasil na OMC, Roberto Azevedo, destacando que o caso não estava limitado a Brasil e Índia.

Azevedo disse ainda que as apreensões "tiveram um impacto negativo altíssimo no comércio, nos intercâmbios Sul-Sul e no sistema de saúde nacional dos países em desenvolvimento". A UE alega que estava apenas se precavendo da existência de medicamentos falsificados, sem a intenção de impedir a produção ou a comercialização de genéricos. O bloco europeu esperava obter uma solução negociada para a disputa.

O caso teve início com a apreensão feita pela alfândega holandesa em dezembro de 2008 de uma droga para pressão alta que saía da Índia para o Brasil. Autoridades confiscaram um carregamento de Losartan, nome genérico para o medicamento para pressão alta Cozaar, fabricado pelo laboratório alemão Merck. O embaixador indiano na OMC, Ujal Singh Bhatia, disse que o país pediu repetidamente às autoridades da UE e da Holanda uma lista das apreensões, para que a Índia pudesse investigar companhias que estivessem fazendo drogas falsas.

- Até hoje não recebemos detalhes de sequer uma remessa onde houvesse uma alegação de medicamentos fora dos padrões - declarou. O porta-voz da UE para o comércio, John Clancy, disse que a Comissão Europeia discutiu o problema com a Índia durante meses e sinalizou sua intenção de modificar a legislação para esclarecer as regras sobre medicamentos em trânsito. "A UE permanece totalmente comprometida em garantir que as pessoas dos países mais pobres do mundo possam ter acesso a medicamentos a preços menores", disse em nota.

Segundo uma carta em que o embaixador indiano na OMC dizia à missão da UE na entidade que a alfândega holandesa apreendeu pelo menos 19 cargas de genéricos em 2008 e 2009, sendo que 16 tinham origem na própria Holanda. -A Índia considera ainda que as medidas em questão também têm um sério impacto adverso sobre a capacidade dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos da OMC protegerem a saúde pública e fornecerem acesso universal a medicamentos - disse. Brasil e Índia lançaram formalmente a disputa ao solicitar consultas com a UE e a Holanda. Agora, eles têm 60

dias para tentar resolver a questão, de outra forma, Brasil e Índia podem pedir que a OMC forme um painel de especialistas para determinar se as ações europeias feriram as regras internacionais para o comércio. Só a carga apreendida seria suficiente para fabricar remédios que atenderiam a 300 mil pessoas por mês no Brasil.

Expediente

Carta Eletrônica do CNS

Publicação do Conselho Nacional de Saúde - Ano VI – 13 de maio de 2010.
Secretaria Executiva do CNS
Coordenação de Comunicação e Informação em Saúde